

Estudo reprova drenagem em Santos

Levantamento feito pelo Projeto Litoral Sustentável aponta falhas na manutenção e gestão do sistema de águas pluviais da Cidade

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Embora o sistema de macrodrenagem concebido pelo engenheiro Saturnino de Brito, no início do século 20, seja reconhecido nacionalmente como uma das mais importantes obras de engenharia sanitária e de urbanismo do Brasil, a eficácia da rede de águas pluviais em Santos está em xeque.

Afinal, basta uma chuva mais forte para alguns pontos ficarem alagados, o que compromete as condições de saneamento e de mobilidade urbana.

Essa situação é reflexo de alguns fatores, como o intenso processo de urbanização, a remoção da cobertura vegetal dos morros, o índice de impermeabilização dos terrenos e a grande quantidade de lixo nas ruas.

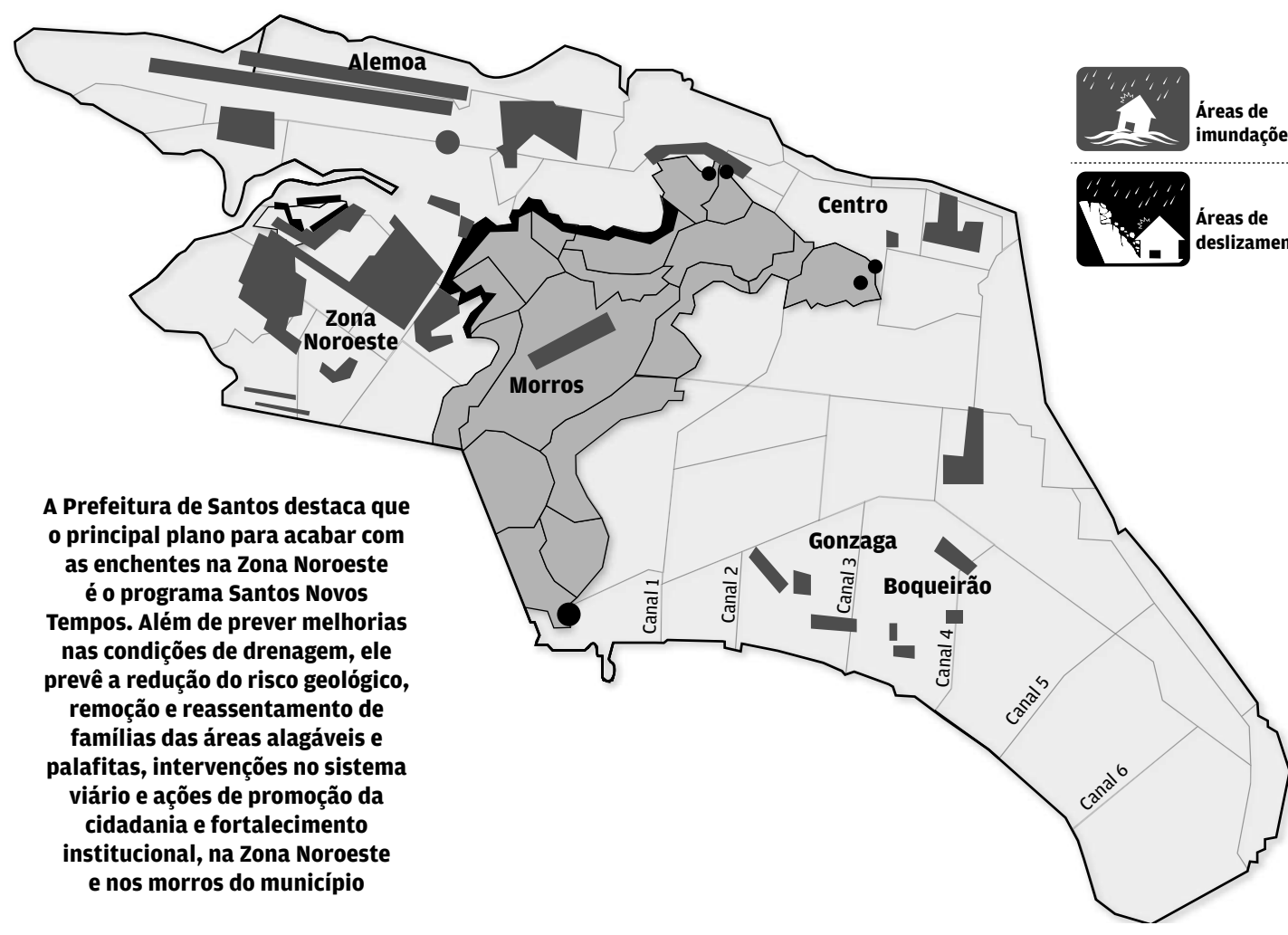
No entanto, esse cenário também se deve à falta de manutenção da rede e de investimentos no sistema de microdrenagem por parte da Prefeitura. E não há instrumentos eficazes para controlar este processo, no âmbito do planejamento e gestão do território.

Essas são as conclusões do Diagnóstico Urbano Socioambiental de Santos, elaborado pelo Projeto Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social. O estudo foi realizado pelo Instituto Pólis e financiado pela Petrobras, em 2012.

Nesse contexto, uma das principais constatações do Plano Integrado de Saneamento Básico, elaborado em 2010, ainda é uma realidade: a falta de um instrumento de regulação ou leis que instituíam a obrigatoriedade do Plano Diretor de Drenagem para a Cidade.

Sem dúvidas, a pior situação se encontra na Zona Noroeste,

Regiões afetadas



A Prefeitura de Santos destaca que o principal plano para acabar com as enchentes na Zona Noroeste é o programa Santos Novos Tempos. Além de prever melhorias nas condições de drenagem, ele prevê a redução do risco geológico, remoção e reassentamento de famílias das áreas alagáveis e palafitas, intervenções no sistema viário e ações de promoção da cidadania e fortalecimento institucional, na Zona Noroeste e nos morros do município

onde a cota de nível do sistema viário é, em grande parte, inferior ao nível máximo da maré, o que provoca alagamentos até mesmo quando não chove.

Porém, ainda há pontos onde esse tipo de problema é constante na região do Centro Histórico e até mesmo na Zona Leste, como no Gonzaga, Boqueirão e Macuco.

Até hoje, algumas áreas deses bairros sofrem por carência de galerias, bocas de lobo e outros componentes do sistema de microdrenagem.

Com base nas respostas da Prefeitura, é possível concluir que a política de conservação de vias públicas dirige as ações de drenagem, o que é um conceito equivocado.

“As áreas de orla com ocupação mais antiga, como Boqueirão e Gonzaga, ainda têm galerias e sistemas de microdrenagem implantados no início do século 20, os quais necessitam de estudos e obras para adequar suas capacidades”, aponta o estudo do Pólis.

O sistema dessa região da Cidade não foi projetado pelas

atuais condições de urbanização, devido ao elevado nível de impermeabilização dos terrenos e da aceleração do assoreamento, provocado pela remoção da cobertura vegetal.

RESSACAS

Os problemas também são influenciados pela ocorrência de ressacas, a falta de manutenção

das galerias e bocas de lobo, em razão das deficiências na gestão dos resíduos da construção civil.

Conforme apurado por *A Tribuna*, o trabalho realizado pela Prodesan na limpeza dos canais e sistema de drenagem é alvo de críticas dentro da própria Administração. Além disso, a empresa municipal não contaria com o maquinário ideal para a desobstrução de galerias muito assoreadas.

“A velocidade das águas do sistema de drenagem é muito lenta, quando não ocorrem chuvas, favorecendo a sedimentação e o consequente assoreamento, o que demanda uma constante manutenção”, aponta o relatório do Litoral Sustentável.

FALTA DE GESTÃO

Uma das recomendações desses diagnósticos é a necessidade de análise, sistematização e atualização dos dados, com o objetivo de padronizar e unificar em uma mesma base cadastral as informações. Isso possibilitará a adequada gestão do sistema.

Os pesquisadores não identificaram serviços de manutenção e atualização do cadastro do sistema de micro e macrodrenagem, nem a intenção de incluir esses dados no Sistema de Informações Geográficas, para a gestão integrada e sustentável das águas urbanas.

Na avaliação do plano municipal, essa atualização não ocorre de maneira sistemática “provavelmente porque o Município não possui estrutura para implementar essa ação, ou por falta de pessoal, uma vez que dispõe de qualificação técnica para fazê-lo”.

Plano sugere criar um departamento próprio

■ O Plano Integrado de Saneamento Básico de Santos sugere a criação do Departamento de Drenagem Urbana na Prefeitura, o que possibilitaria a centralização das ações de planejamento e gestão do sistema na Cidade.

Embora essa centralização possa tornar o enfrentamento das situações críticas ainda mais lento e desarticulado, essa medida busca concentrar as atividades que são distribuídas atualmente entre várias secretarias e a Prodesan.

Hoje, a Secretaria Municipal de Serviços Públicos fiscaliza e executa as obras do sistema de drenagem. Já a pasta de Meio Ambiente faz o controle das comportas dos canais e a água dos canais, assim como monitora os dejetos impróprios e as ligações na rede.

“A sobrecarga de tarefas do corpo técnico da Prefeitura dificulta o controle do desenvolvimento urbano e isso pode justificar a necessidade de criação de setores específicos”, informa o plano de saneamento.

A adoção dessa medida permitiria uma maior geração de receita a ser aplicada no incremento e na qualificação de servidores municipais e compra de equipamentos para prestar um melhor serviço ao cidadão.

Por esse motivo, o projeto Litoral Sustentável considera a necessidade de o Executivo Municipal ter administrações regionais, como ocorreu no início da década de 1990.

“(Essas unidades) possuíam orçamento, equipes e equipamentos próprios, tornando as ações mais próximas das necessidades das populações das distintas regiões”, aponta o relatório do Litoral Sustentável.

OPINIÃO

O professor de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Campinas (Unicamp) Sidney Piochi Bernardini entende que a Secretaria de Meio Ambiente deveria ter a responsabilidade sobre a gestão da drenagem, já que o tema integra a Política Nacional de Meio Ambiente.

Na visão dele, ainda são poucas as administrações municipais que se adaptaram ao Marco Regulatório do Saneamento – Lei Federal no 11.445/2007.

Ele define que o setor é formado por um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de quatro áreas: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e, por último, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

“O ideal é que a gestão da drenagem esteja dentro de um único departamento para que pensasse em políticas de forma mais integrada, como a Secretaria de Meio Ambiente, e não como a de Obras ou Serviços Públicos, como a gente normalmente vê”, justifica.

MONITORAMENTO

Os técnicos contratados pelo Instituto Pólis entendem que a Prefeitura deveria utilizar a ferramenta de Sistema de Informações Geográficas, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para monitorar em tempo real as condições de operação e do funcionamento dos canais.

Essa estrutura logística poderia estar interligada à previsão de ocorrência de chuvas fortes e à Defesa Civil, o que permitirá uma resposta mais rápida do poder público em situações de emergência e até antecipar as ações em pontos críticos já conhecidos.



Alagamentos na Nossa Senhora de Fátima castigam e isolam a Cidade

Prefeitura alega que a manutenção é periódica

■ A Prefeitura de Santos informa que a manutenção do sistema de drenagem é feita de forma periódica, assim como a atualização do cadastro do sistema de micro e macrodrenagem da Cidade.

Além disso, revela que as galerias da Zona Leste e do Centro foram projetadas com base em normas técnicas de engenharia. Intervenções pontuais serão realizadas de acordo com as obras de pavimentação, a fim de amenizar as enchentes.

“Os problemas identificados, normalmente, são relacionados ao assoreamento, excesso de lixo e rompimento das galerias, que são reparados quando apontados”, justifica.

Vale destacar que o posicionamento oficial da Administração Municipal ocorreu apenas uma semana depois de *A Tribuna* ter enviado uma série de questionamentos sobre a gestão e o trabalho de manutenção das redes de águas pluviais.

A Prefeitura informa que os problemas podem ser registrados na Ouvidoria Pública Municipal (0800-112056) para que as medidas sejam tomadas.

A Administração admite que há galerias e sistemas de microdrenagem do início do século passado no Boqueirão e Gonzaga.

Ao ser questionada se havia a previsão de trocar essa estrutura antiga, explicou que a avaliação é feita durante a execução dos serviços de pavimentação.

“O tempo de existência de uma galeria de drenagem não é o único indicativo de sua eficiência. Por exemplo: os canais da Cidade, com o primeiro trecho entregue em 1907, ainda estão em funcionamento pleno”, justifica.

A Administração Municipal não pretende criar um

Canais

A Administração argumenta que, apesar de o primeiro trecho dos canais terem sido entregues em 1907, o sistema ainda está em funcionamento pleno.

departamento específico para cuidar da drenagem, mas aponta que toda a gestão estará concentrada dentro do Centro de Controle Operacional (CCO), que poderá inclusive abrir e fechar as comportas dos canais.

ALERTA

A Prefeitura explica que criou o Programa de Base de Emergências Municipais (BEM), que é acionado diante de qualquer emergência urbana. A Cidade tem os núcleos de Defesa Civil (Nuvecs), que são formados por voluntários, de preferência de moradores das áreas de risco.

“Essas pessoas são capacitadas para saber qual atitude devem tomar em situações de chuvas fortes, ventos e raios. Assim que um problema é identificado, esses moradores entram em contato com a Defesa Civil”.

O Executivo alega ainda que as câmeras de monitoramento são utilizadas em dias de chuvas fortes, ventos e raios e que os funcionários que monitoram as imagens buscam os locais mais afetados e auxiliam no trabalho das equipes de rua.

“Temos dois mil telefones celulares cadastrados que emitem mensagem de texto (em forma de alerta) quando existe o risco de algum problema”, afirma.